

03 de setembro de 2010

“Qual a contribuição do Banco da Amazônia para o Desenvolvimento da Região?”

Seminário avalia erros e aponta a necessidade de mudanças no Banco

O Banco, que em tese deve executar a política do governo federal na Amazônia é um instrumento de aplicação de crédito de maior relevância e, dessa forma, seu desempenho interessa a todos que têm compromisso com o desenvolvimento sustentável da região. Por este motivo, uma tarde foi direcionada a diagnosticar o momento protagonizado pela instituição para debater o seu papel histórico e a preocupação com os resultados apresentados a partir da implantação do novo modelo de gestão em abril de 2009.

O seminário promovido pela AEBA e SEEB PA/AP (26/08) que contou com cerca de 70 participantes, entre bancários e outros cidadãos interessados na questão, representantes de entidades de bancários como a AEBA (Sergio Trindade), FETEC-CN (Sonia Rocha), SEEB's (Rosalina Amorim/PA, Raimundo Costa/MA, Jorge Luis/AC, Socorro Magalhães/RO e Andréa Gonçalves/AM) e Contraf/CUT (Miguel Pereira) e membros da sociedade civil organizada como a SEBRAE, FIEPA, OCB/PA, ACP e SEPAC/PA discutiram a relevância da contribuição do Banco da Amazônia para o desenvolvimento da região, destacando seus erros, acertos e a latente necessidade de mudanças no Banco, que foi representado por Antonio Carlos Lima Borges, diretor de Infra-Estrutura de Negócio (DINEG).

O Banco deve contribuir na diminuição das desigualdades regionais

Na abertura do evento o presidente da AEBA, Sérgio Trindade, provocou: “Como estamos percebendo o Banco hoje?” ao discorrer sobre os pífios resultados obtidos nestes últimos semestres e as dificuldades vivenciadas pela categoria que não tem obtido avanços em suas condições de trabalho e



vida. Enfatizou também que “mais do que um fomentador, o Banco da Amazônia deve ser um instrumento para desenvolver a região, para contribuir na diminuição das desigualdades Regionais”. Para a presidenta da FETEC-CN, Sônia Rocha, “A Amazônia não precisa de mais um Banco meramente comercial e sim do retorno do Banco para a missão de desenvolver a Amazônia”. Já a presidenta do Seeb PA/AP, Rosalina Amorim, destacou que “o Banco da Amazônia não pode perder de vista que para cumprir sua missão de fomentar o crescimento da Amazônia é necessário, acima de tudo, valorizar seus empregados”.

O Secretário de Organização da Contraf/CUT, Miguel Pereira, destacou a importância da categoria e a sociedade estarem avaliando o Banco da Amazônia, notadamente para a categoria bancária que se encontra em plena campanha salarial nacional. Campanha essa, que reivindica também um sistema financeiro constituído por uma teia de bancos públicos e privados promovendo o desenvolvimento econômico de forma sustentada e as suas agendas voltadas para os interesses da maioria da população.

O Seminário iniciou com a exposição do tema "Desempenho do Banco da Amazônia na sua Missão", feita pelo Assessor da AEBA, professor da UFPA e ex-empregado do Banco, o economista Hélio Mairata. Ressaltando "a oportunidade de avaliar o que o Banco



tem feito de bom e contribuir para que a instituição avance no desenvolvimento econômico-social com responsabilidade na aplicação do seu aporte", o professor avaliou a radiografia geográfica da Amazônia, destacando sua diferença em relação à região nordeste do país. Segundo Mairata, a extensão territorial, os baixos índices demográficos e de desenvolvimento humano (IDH), escassez de infra-estrutura refletida na ineficiente malha rodoviária e aproveitamento da navegação fluvial, entre outros, constituem elementos que levam a região a ser responsável por apenas 5% do PIB nacional, ter uma baixa produtividade, e com isso um dos menores PIB per capita do país, além de dificultar o Banco de chegar às pessoas de maneira mais abrangente e efetiva para combater essa realidade e melhorar a pobre qualidade de vida da população local.

Apesar das dificuldades acima, destacou que o Banco da Amazônia também é um dos atores para que a região norte apresentasse o maior dinamismo econômico no país, com crescimento de 25,80% de seu PIB (de 2003 a 2007), e que esse movimento possa ter aumentado em vista das contratações realizadas nos últimos anos a partir de créditos de FNO, FDA e BNDES.

Diagnosticando a pequena capilaridade, postura passiva nas aplicações de créditos, falta de investimento do FNO em áreas de menor IDH-M ou alocação de maior parcela dos recursos nos municípios de maior IDH-M, criticou o fato de o Banco estar contribuindo para aumentar as desigualdades intra-regionais.

Deixou para todos os presentes refletirem sobre a mudança de filosofia do Banco, iniciado em 2009, ao encaminhar seu processo de reestruturação com introdução de novo Modelo de Gestão de Negócios, cujo principal pilar seria o modelo comercial, optando-se por transformar-se em uma empresa orientada ao cliente e com isso tornar-se mais rentável. Em sua crítica, enfatizou que "não é exatamente essa a missão que o legislador estabeleceu para o Banco da Amazônia, que é a de ser o agente financeiro do Governo Federal para o desenvolvimento da Região. A preocupação prioritária deveria ser a de se obterem resultados sociais, não econômico-financeiros".

O professor identificou que Banco tem tido alguns avanços em sua contribuição para a desconcentração da renda na região, cujos dados de 2009 mostram: a) predominância das operações com minis e micros, pequenos e médios

empreendimentos (99,3%), b) perda do Pará na liderança de contratação de créditos para os estados de Rondônia e Tocantins e avanços na concessão de micro-créditos para a população de baixa renda e famílias indígenas. Destacou, entretanto, que por fatores geo-

econômicos já apontados, persiste a não alocação de todos os recursos do FNO destinados ao Banco, assim como de outras fontes (BNDES, FNMM, etc.) pouquíssimos demandados.

Ao final de sua exposição, enfatizou que para um banco de desenvolvimento de uma área como a Amazônia só a disponibilização do crédito não basta para o pleno cumprimento de sua missão institucional. Para tanto, reafirmou inúmeras propostas que vem sendo defendida pela AEBA, desde o ano 2000, e defendeu a necessidade de se "migrar do atual projeto do "Novo Modelo de Negócios", com fins confessadamente comerciais e de busca de rentabilidade, para um novo Projeto Estratégico que torne o Banco um ator que efetivamente realize com plenitude sua missão de agente para o desenvolvimento da Região".

Novo modelo negocial: um mal-entendido ou um mau-entendido?

Após a explanação de Mairata, o diretor Antônio Carlos, fez uma explanação sobre o desempenho e os números do banco, explicitando todo o processo de adaptação ao novo modelo de gestão.

Na Performance Institucional desses últimos 5 anos, observou o crescimento de seus ativos para R\$ 7.805 milhões e o patrimônio líquido para R\$ 1.897 milhões, assim como que as suas contratações de créditos são na maioria advindas de linhas de créditos do FNO, seguidas de FDA e BNDES. Enfatizou que as contratações do FNO cresceram de 2006 para 2009, de R\$ 992 milhões para R\$ 2.405 milhões, e que até 23/08/2010 já tinham sido efetivadas R\$ 1152 milhões. Sua base de clientes é formada por aproximadamente 867.448 contas, das quais 802.467 de PF e, desses, somente 458 de varejo.

O crédito de fomento, até junho de 2010, teria atingido o patamar de R\$ 9.701 milhões – com crescimento de 50% em relação ao ano de 2006. No caso do crédito MPE, uma evolução de R\$ 56.422 mil em 2006 para R\$ 213.119 mil em 2009, tendo já consumado R\$ 104.471 mil até 06/2010, em parcerias com a Sebrae.

Salientou que investira mais de R\$ 536.000 mil na agricultura familiar (safra 2009/2010, com crescimento de pouco mais de 100% em relação à 2005/2006), ultrapassando pela primeira vez a meta traçada pelo governo federal de R\$ 518.000 mil para essa safra.

No decorrer de sua apresentação, destaque-se sua afirmação de que houvera equívocos no entendimento da implantação do novo modelo comercial ou comercial, iniciado no mês de abril de 2009. Para ele, a proposta de nova gestão foi mal divulgada e não tinha os objetivos que a maioria dos empregados havia entendido, pois segundo ele o fortalecimento da questão comercial era uma necessidade da cadeia vertical de atuação do Banco, sem se alterar os rumos de sua missão histórica.

No entendimento de muitos participantes do seminário, foi uma colocação que tenta amenizar o novo modelo de gestão implantado no Banco, mas que em nenhum momento justifica os erros advindos do processo de reestruturação na forma de agir do Banco, que tantos prejuízos têm trazido à instituição e às condições de vida e trabalho de seus empregados.

Ao final, reafirmou o posicionamento do Banco com relação ao compromisso com o desenvolvimento regional e com a missão da Instituição, promovendo o desenvolvimento com a conservação e preservação ambiental, a formação da cultura do empreendedorismo; o fortalecimento das parcerias para as iniciativas de gestão compartilhada e ações de capacitação, treinamento e ascensão por meio de processos seletivos.

Necessidade de inserção do Banco na região e cumprir sua missão histórica

No seguimento do seminário, os representantes das instituições convidadas formaram a mesa de debates, coordenada pelo Roosevelt Santana, diretor da AEBA e da FetecCN; Hernandes Raiol, do Sindicato das Cooperativas Brasileiras no Estado do Pará-OCB/PA; Miguel Rufino, da Associação Comercial do Pará - ACP; José Carlos Garcia, do SEBRAE-PA; Constantino Alcântara, representando a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – SEPAQ/PA e o professor José Egypto, em nome da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA, que expuseram seus pontos de vista a partir da realidade de cada um dos segmentos diante da atuação do Banco, reafirmando a necessidade de seu fortalecimento e uma atuação mais eficaz para se inserir na realidade que a Amazônia vem vivendo e contribuir com isso para o desenvolvimento da Região, de forma sustentável.

Os representantes da SEPAQ e OCB demonstraram as necessidades do Banco em aumentar os investimentos nos serviços e produção desses respectivos segmentos, que ainda têm encontrado muitas dificuldades no relacionamento e atendimento de seus pleitos. O representante da SEPAQ enfatizou o crescimento do setor pesqueiro artesanal no estado do Pará, sendo hoje responsável pela maior parte da demanda da sociedade, e arguiu o fomento para elevar e qualificar produção, e consequentemente a qualidade de vida desses atores, que são em sua grande maioria das camadas mais pobre da sociedade.

Tanto o professor Egypto como o representante da ACP, destacou o pouco investimento dos créditos do BNDES e enfatizaram a necessidade do Banco estar antenado com os projetos/investimentos, de vital importância para o desenvolvimento da região, que estão sendo viabilizados na região amazônica, por parte do governo federal e grandes investidores,

como a Cia. Vale do Rio Doce. Segundo o professor, se o Banco da Amazônia, sendo o principal instrumento de fomento e desenvolvimento da região não intervir nesse processo e discutir com os empresários locais, estes serão profundamente prejudicados, pois terão de conviver às margens desse crescimento da região.

E a luta continua por um Banco de desenvolvimento regional de forma sustentada.

Ao final do Seminário, a palavra foi aberta ao público, que podia intervir oralmente ou enviar perguntas por escrito. A maioria delas se ateve em buscar esclarecimentos na exposição feita pelo representante do Banco, tendo como destaque a questão do parque tecnológico da instituição e o contrato com a empresa Cobra, que devidos os seus problemas tem dificultado os trabalhos dos empregados e desgastado a relação do Banco com a sua clientela. Segundo o diretor do Banco, Antonio Carlos, de fato a tecnologia do banco tem dificuldades, mas que a direção está fazendo todo o esforço no sentido de regularizar a situação, inclusive, no que se refere ao cumprimento do contrato pela Cobra nas execuções dos serviços.

No encerramento dos trabalhos, a iniciativa de se promover o seminário foi muito elogiada por todos, principalmente porque iniciou-se uma discussão acerca do Banco da Amazônia de forma mais organizada e transparente.


Para Jorge Luiz, diretor regional da AEBA e do SEEB-AC, "O Seminário foi uma ótima oportunidade de reflexão, válido para tirarmos coisas positivas que possam contribuir com o resgate do Banco como instituição responsável pelo desenvolvimento da Amazônia. Porém senti falta da abordagem em relação à inadimplência do Banco".

Ronaldo Viana da Agência de Manaus - Metro (AM) disse que "através de evento como este, possamos contribuir com sugestões que resultem na melhoria da atuação do Banco enquanto uma instituição de fomento e desenvolvimento. Achei interessante a participação de várias instituições que, sem dúvida, nos subsidiaram para absorver as suas necessidades e a partir daí discutirmos os acertos e erros do Banco para redirecionar nossa atuação".


Como resultado do seminário, todas as ponderações feitas nesse amplo debate subsidiarão uma Carta Aberta onde constarão as propostas e sugestões pautadas nas experiências expostas pelas diversas esferas participantes, que será entregue à diretoria do Banco e divulgada a toda sociedade para continuidade dos debates.



Confira as propostas da AEBa debatidas no Seminário

- 
- ✘ Reativar o Fundo de Pesquisas, Assistência Técnica e Desenvolvimento de RH, que existiu nas décadas de 70 e 80, destinando pelo menos 1% do LL do Banco para apoiar a inovação regional, a devida assistência e a formação e qualificação de empreendedores;
 - ✘ Implementar Programas de Desenvolvimento Local Integrados;
 - ✘ Apoio à dinamização de genuínos APLs;
 - ✘ Identificação de empreendedores em potencial e orientar suas qualificações em parcerias com instituições municipais, estaduais, SEBRAE e outras.
 - ✘ Oferta de pré-projetos já formatados;
 - ✘ Maior agressividade na busca de recursos externos para programas e projetos de cunho eminentemente ambientais, como o “Banco Verde”;
 - ✘ Integração com os órgãos de pesquisa e de assistência técnica, os demais bancos oficiais e as municipalidades, a fim de se perseguir um projeto de desenvolvimento endógeno, incluyente e sustentável, que ultrapassa a mera atividade financiadora, incluindo:
 - Apoio a serviços empresariais;
 - Estímulo à criação de centrais de negócios;
 - De incubadoras de projetos;
 - Bolsas de equipamentos e de materiais;
 - Formação de cooperativas e associações;
 - Criação de programa de recuperação de setores e empresas (deprimidos e em dificuldades);
 - Regularização de débitos bancários, fiscais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - Apoio à reorganizações societárias permitindo acesso principalmente ao mercado de capitais;
 - Assessorar a reestruturação de passivos e de ativos.

DIAGNÓSTICO DECORRENTE DO SEMINÁRIO

- 
1. O Banco da Amazônia tem importância fundamental na área de fomento, ou seja, na formação do empreendimento. Talvez, isso explique o nível de inadimplência, onde o Banco expõe-se juntamente com o cliente aos riscos do caráter embrionário do negócio na hipótese de insucesso.
 2. O Banco da Amazônia é diferente dos outros Bancos Oficiais, nos quais a concessão de crédito é destinada em sua grande maioria para os empreendimentos já estabelecidos e amadurecidos.
 3. A partir desta década, um volume enorme de investimentos está previsto para a nossa região (Siderurgia de Marabá, Hidroelétrica de Belo Monte, Refinaria de Biodiesel e outros), que acarretarão um grande impacto na economia, fator que inegavelmente exigirá do Banco mais expertise na contrapartida desses negócios, evoluindo tecnologicamente para enfrentar as demandas oriundas desses novos empreendimentos na Região e marcar presença forte na participação desse processo.
 4. O Banco precisa se inserir aos objetivos do PACTO AMAZÔNICO, expandindo sua atuação para os países que integram a Pan-Amazônia e subscritores desse Pacto.
 5. A missão do Banco é de suma importância no processo de fomento e conseqüentemente de desenvolvimento da região, mas precisa com urgência de uma adequação tecnológica que agilize sua atuação, além de, reavaliar as burocracias como o tempo de análise de propostas de crédito/financiamento; e incorporar posturas que viabilizem o crédito e facilitem a regularização dos clientes inadimplentes.
 6. Ampliar as linhas de financiamento, abrangendo diferentes tipos de concessão de crédito para a evolução de projetos.
 7. Tornar mais efetiva a participação do Banco no campo de pesquisa, inclusive constando em seu estatuto a obrigatoriedade em destinar recursos financeiros para essa área.
 8. Maior capilaridade e interiorização do Banco para marcar presença efetiva nas regiões mais carentes e necessitadas de fomento.